

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.451.907/0001-28
Belo Horizonte - MG

Usina Termelétrica Barreiro S.A. | CEMIG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

Senhores Acionistas,

A Usina Termelétrica Barreiro S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$16.902 mil, dividido em 16.902.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um Resultado de R\$618 mil em 2018, em comparação ao resultado de R\$1.952 mil no exercício de 2017. A companhia não obteve em 2018 receita por fornecimento de energia, sendo o resultado do exercício decorrente apenas do resultado financeiro deduzido das despesas do exercício.

Receita operacional

Devido à suspensão do contrato de venda de energia com a Vallourec Tubos do Brasil S.A. (VBR), desde de julho de 2016, não houve faturamento comercial no exercício de 2018.

Custos e Despesas Operacionais

Em 31 de dezembro de 2018, os custos e despesas operacionais foram de R\$91 mil, comparado a R\$352 mil no exercício de 2017, representando uma redução de 74,15%. Esta variação decorre, principalmente, devido à redução dos gastos, explicada pela redução dos contratos de Operação e Manutenção (O&M) pela não operação da Usina.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2017, a Companhia apurou o montante de R\$288 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao Resultado de R\$906 mil antes dos efeitos fiscais, representando 31,79% de alíquota efetiva. Comparativamente, no exercício de 2017, a Companhia apurou despesas no montante de R\$974 mil, representando 33,29% do lucro antes da tributação.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2018, o LAJIDA foi negativo em R\$85 mil (R\$331 mil positivo em 2017) conforme demonstrado a seguir (em milhares de reais):

RS mil	2018	2017	Var %
Resultado Líquido	618	1.952	(68,34)
Despesa de IR e CS	288	974	(70,43)
Resultado Financeiro	(997)	(2.600)	(61,65)
Depreciação	6	5	20,00
LAJIDA	(85)	331	(125,68)

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019, que o lucro líquido do exercício de 2018, no montante de R\$618 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$31 mil para constituição de Reserva Legal;
- R\$294 mil referentes aos dividendos obrigatórios; e,
- R\$293 mil sejam distribuídos a título de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e à Diretoria da Cemig.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Usina Termelétrica Barreiro S.A. ("Companhia" ou "Barreiro") é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT, constituída em 06 de abril de 2001, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tinha por objetivo a produção e comercialização de energia termelétrica em regime de produção independente, através da exploração da central termelétrica denominada "UTE Barreiro", localizada nas instalações da Vallourec Tubos do Brasil S.A. (Vallourec), município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Em 1º de agosto de 2001, a Companhia assinou contrato com a Vallourec pelo prazo de 20 anos a partir de 2004, data da entrada em Operação Comercial da usina, com o objetivo de regular as relações técnicas, financeiras e comerciais, referente ao fornecimento de energia para as instalações industriais daquela empresa. Em virtude da mudança de parte da produção da Vallourec para a unidade de Jacaba-MG, não foi possível produzir energia com o insumo Gás e Alto Forno e o contrato comercial foi suspenso em julho de 2016.

	Nota	2018	2017
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	3.677	3.149
Títulos e Valores mobiliários	4	11.357	12.645
Tributos Compensáveis	5a	125	115
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	5b	1.391	1.290
Outros Créditos		122	100
TOTAL DO CIRCULANTE		16.672	17.299
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores mobiliários	4	1.509	347
Depósitos Judiciais	6	750	710
Imobilizado		10	16
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.269	1.073
ATIVO TOTAL		18.941	18.372

	Nota	2018	2017
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	262	236
Impostos, Taxas e Contribuições	8a	4	–
Encargos Regulatórios	9	76	90
Dividendos a pagar	10	728	–
TOTAL DO CIRCULANTE		1.070	326
NÃO CIRCULANTE			
Encargos Regulatórios	9	69	142
Impostos, Taxas e Contribuições	8a	16	14
Imposto de Renda e Contribuição Social	8b	108	102
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		193	258
TOTAL DO PASSIVO		1.263	584
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social		16.902	16.902
Reserva de Lucros		776	886
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.678	17.788
PASSIVO TOTAL		18.941	18.372

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	11	–	678
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	12	–	(85)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		–	(85)
Encargos de Distribuição		–	–
CUSTOS DE OPERAÇÃO	12	–	(114)
Materiais		–	(59)
Serviços de Terceiros	12a	(6)	(5)
Depreciação e Amortização		(6)	(178)
Seguros		–	–
CUSTO TOTAL		(6)	(263)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(6)	415
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas		(85)	(49)
Outras despesas operacionais		–	(40)
		(85)	(89)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		(91)	326
Receitas Financeiras	13	1.019	2.659
Despesas Financeiras	13	(22)	(59)
		997	2.600
Resultado antes dos Impostos		906	2.926
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	14	(281)	(872)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	14	(7)	(102)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		618	1.952
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES - RS		36,56	115,49

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
RESULTADO DO EXERCÍCIO	618	1.952
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	–	–
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	618	1.952

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	618	1.952
Ajustes por:		
Depreciação	6	5
Variação Monetária sobre Depósitos Judiciais	(20)	(314)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido (Nota 14)	7	102
	611	1.745
(Aumento) Redução de Ativos		
Tributos Compensáveis (Nota 5)	(10)	–
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar (Nota 5)	(101)	(1.290)
Alienação de Bens e Direitos	–	26.542
Outros Créditos	(22)	(17)
Depósitos Vinculados a Litígio (Nota 6)	(20)	–
	(153)	25.235
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 7)	26	(138)
Encargos Regulatórios (Nota 9)	(87)	12
Impostos, Taxas e Contribuições	6	(382)
Imposto de Renda e Contribuição Social	229	1.595
Outros Passivos Circulantes	–	(37)
	174	1.050
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	632	28.030
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(230)	(6.573)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	402	21.457
FLUXOS DE CAIXA PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários	126	(1.047)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	126	(1.047)
FLUXOS DE CAIXA PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Redução de Capital	–	(14.000)
Dividendos Pagos	–	(8.139)
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	–	(22.139)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	528	(1.729)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	3.149	4.878
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	3.677	3.149
	528	(1.729)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	30.902	354	5.039	–	36.295
Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos (R\$255,06 por lote de mil ações)	–	–	(5.039)	–	(5.039)
Redução de Capital	(14.000)	–	–	–	(14.000)
Resultado do Exercício	–	–	–	1.952	1.952
Destinação do Lucro Proposto à AGO:					
Constituição de Reserva Legal	–	98	–	(98)	–
Dividendos Intermediários	–	–	–	(1.420)	(1.420)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$ 25,68 por lote de mil ações)	–	–	434	(434)	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	16.902	452	434	–	17.788
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos (R\$ 25,68 por lote de mil ações)	–	–	(434)	–	(434)
Resultado do Exercício	–	–	–	618	618
Destinação do Lucro Proposto à AGO:					
Constituição de Reserva Legal	–	31	–	(31)	–
Dividendos Obrigatórios (R\$17,39 por lote de mil ações)	–	–	–	(294)	(294)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$17,34 por lote de mil ações)	–	–	293	(293)	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	16.902	483	293	–	17.678

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.451.907/0001-28
Belo Horizonte - MG

Usina Termelétrica Barreiro S.A. | CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de maio de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2. Bases de mensuração

Essas Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

• CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs. Adicionalmente, o CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

• CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo do CPC 38 sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes no CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com a norma atual, conforme abaixo:

	Classificação	
	CPC 38	CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras ⁽¹⁾	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras ⁽¹⁾	Disponível para venda	Valor justo resultado
Depósitos Judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado

⁽¹⁾ A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com o CPC 48;

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

• CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um

índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

• ICPC 22

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito deste CPC nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia ainda está avaliando os potenciais efeitos da aplicação dessa nova interpretação sobre os valores e divulgações apresentados em suas demonstrações financeiras.

A Companhia analisou as demais normas alteradas e interpretações não vigentes e concluiu que as mesmas não deverão ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2018 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

c) Receita Operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

d) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Bancos conta movimento	–	3
Aplicações financeiras	–	–
Certificados de Depósitos Bancários	109	498
Operações Compromissadas	3.568	2.648
TOTAL	3.677	3.149

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi 75% em 2018 (variou entre 75% e 97,5% em 2017) conforme operação.

As operações compromissadas consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas

por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em, aproximadamente, 6,39% em 2018 (6,89% em 2017).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras, com carência para resgate acima de 90 dias.

Aplicações Financeiras	2018	2017
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	–	29
Letras Financeiras - Bancos	6.801	3.543
Letras Financeiras do Tesouro	3.971	8.644
Debêntures	585	429
	11.357	12.645
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos	1.509	–
Debêntures	–	347
	1.509	347
	12.866	12.992

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Usina Termelétrica Barreiro possuem taxa de remuneração que variou entre 102,1% e 112% em 2018 (entre 102,0% a 111,25% em 2017) do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 104,25% e 151% em 2018 (entre 104,25% e 161,54% em 2017) do CDI.

5. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Tributos Compensáveis

	2018	2017
Circulante		
ICMS a recuperar	1	1
PIS/PASEP	22	21
COFINS	102	93
Total	125	115

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

	2018	2017
Circulante		
IRPJ	1.028	980
CSLL	363	310
Total	1.391	1.290

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2018	2017
Obrigações Fiscais	–	–
PIS/COFINS	750	710
Total	750	710

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se a contingências de obrigações fiscais - exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

7. FORNECEDORES

	2018	2017
Circulante		
Aluguel de área	154	137
Suprimento de Energia Elétrica	99	99
Outros	9	–
Total	262	236

8. TRIBUTOS

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2018	2017
Circulante		
COFINS	3	–
Outros	1	–
Total Circulante	4	–

Não circulante

PASEP	2	2
COFINS	14	12
Total Não Circulante	16	14

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2018	2017
Não circulante		
Contribuição Social	29	27
Imposto de Renda	79	75
Total Não Circulante	108	102

9. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2018	2017
Circulante		
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	76	90
Total do Circulante	76	90
Não Circulante		
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	69	142
Total do Não Circulante	69	142
TOTAL	145	232

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social era representado por 16.902.000 (dezesseis milhões, novecentos e dois mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade da CEMIG Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3201906112036130126.

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.451.907/0001-28
Belo Horizonte - MG

Usina Termelétrica Barreiro S.A. | CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Reservas de lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2018	2017
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	483	452
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	293	434
Total	776	886

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$31 de Reserva Legal em 2018, correspondente a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R\$293 referentes a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício (25% em 2017), ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2018	2017
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	618	1.952
(-) Reserva Legal	(31)	(98)
Resultado do Exercício Ajustado	587	1.854
Dividendos Mínimos Obrigatórios	294	464
Dividendos Propostos		
Dividendos Mínimos Obrigatórios	294	-
Dividendos Intermediários	-	1.420
Dividendos Adicionais Propostos	293	434
Total dos Dividendos Propostos	587	1.854

Destinação do Resultado de 2018 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019, que o lucro líquido do exercício de 2018, no montante de R\$618, seja dada a seguinte destinação:

- R\$31 para constituição de Reserva Legal;
- R\$294 referentes aos dividendos obrigatórios; e,
- R\$293 sejam distribuídos a título de dividendos adicionais.

11. RECEITA

	2018	2017
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	330
Deduções à Receita Operacional (a)	-	348
Receita Operacional Líquida	-	678

a) Deduções à Receita Operacional

	2018	2017
COFINS	-	25
COFINS Incidente sobre ICMS	-	(325)
PIS-PASEP	-	6
PIS-PASEP Incidente sobre ICMS	-	(71)
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	14
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	1
Pesquisa de Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	-	1
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico - FNDCT	-	1
Total	-	(348)

12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Materiais	-	114
Serviços de Terceiros (a)	58	108
Depreciação	6	5
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	85
Outras	27	40
Total	91	352
Custo Total	6	263
Despesa Operacional	85	89
TOTAL	91	352

a) Serviços de Terceiros

	2018	2017
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	-	59
Auditoria Externa	36	8
Publicações Legais	18	36
Serviços Advocaticios	4	-
Outros	-	5
Total	58	108

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	1.045	2.277
Varição Monetária de Depósitos Judiciais	20	314
PASEP e COFINS incidente sobre receitas financeiras	(50)	(130)
Outras	4	198
Total	1.019	2.659
Despesas Financeiras		
Variações Monetárias	(7)	(13)
Outras despesas financeiras	(15)	(46)
Total	(22)	(59)
Resultado Financeiro	997	2.600

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2018	2017
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	906	
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	284	
Outros	(3)	
Imposto de Renda e Contribuição Social	281	
Despesa Efetiva	30,94%	
Alíquota Efetiva	21	
Depósito Judicial PASEP/COFINS sobre ICMS	34%	
Alíquota	7	
IRPJ/CSLL Diferidos Ano 2018		7
Corrente	281	
Diferido	7	
Total	2017	
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.926	
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	971	
Outros	3	
Imposto de Renda e Contribuição Social Despesa Efetiva	974	
Alíquota Efetiva	33,28%	
Corrente	(872)	
Diferido	(102)	

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	PASSIVO		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017
Controlador				
Cemig GT				
Circulante				
Dividendos a pagar	728	-	-	-
Prestação de Serviços (1)	-	-	-	(118)
Aluguel de área	154	137	(17)	(16)

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Barreiro aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2018.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2018		2017	
				Barreiro 0,66%	Barreiro 0,83%	Barreiro 0,66%	Barreiro 0,83%
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	-	213	-	-
Cemig GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	-	42	-	-
Cemig GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	-	39	-	-
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	66	84	-	-
Light	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	47	167	-	-
Cemig D	Nota Promissória	151% do CDI	24/10/2018	351	-	-	-
Total				464	545		

Remuneração do Pessoal Chave

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

Ativos	Nível	2018		2017	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Custo amortizado (1)					
Títulos e Valores Mobiliários	2	1.983	1.983	584	584
Depósitos Judiciais	2	750	750	710	710
Total		2.733	2.733	1.294	1.294
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	3.677	3.677	3.146	3.146
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos					
Bancários - CDBs	2	-	-	28	28
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	6.801	6.801	3.388	3.388
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	3.971	3.971	8.644	8.644
Debêntures	2	111	111	348	348
Total		14.560	14.560	15.554	15.554
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(262)	(262)	(236)	(236)
Total		(262)	(262)	(236)	(236)

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2018 e 2017.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

▪ **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

▪ **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

▪ **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais em função do ativo indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Exposição da companhia às taxas de juros nacionais		
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações (Nota 3)	3.677	3.149
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	12.866	12.992
Ativo exposto	16.543	16.141

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	262	-	-	-	-	262
Total	262	-	-	-	-	262

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Redução do capital social

Em fevereiro de 2019, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social da Companhia, no montante de R\$15.500. O Capital Social mudou para R\$1.402, representado por 1.402.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Márcio José Peres
Diretor

Leonardo Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador CRC-MG 85.260



Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.451.907/0001-28
Belo Horizonte - MG

Usina Termelétrica Barreiro S.A. | CEMIG

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Usina Termelétrica Barreiro, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2018, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2019.

Eduardo José de Souza
Paulo César Teodoro Bechtluft
Ronald Gastão Andrade Reis

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Usina Termelétrica Barreiro S.A.
CNPJ 04.451.907/0001-28 – NIRE 31300015831

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria declarou que examinou as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018, incluídas as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e os demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas, das ocorrências atípicas e dos seus impactos na situação patrimonial e nos resultados. O Comitê verificou que as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade, com a legislação societária brasileira e demais normas aplicáveis, retratando adequadamente a situação patrimonial da Usina Termelétrica Barreiro S.A.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomendou a aprovação das Demonstrações Contábeis da Usina Termelétrica Barreiro S.A., de 31 de dezembro de 2018.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2019.

Pedro Carlos de Mello – Coordenador
Márcio de Lima Leite – Membro
Renata Bezerra Cavalcanti – Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Usina Termelétrica Barreiro S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Termelétrica Barreiro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Termelétrica Barreiro S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-IMG089076/O-0

456 cm -11 1238320 - I

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESUMO DO V TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 1900010659

Partes: EMG/SEF e Software AG Brasil Informática e Serviços Ltda. Objeto: I - Prorrogação da vigência contratual por mais um período de 12 (doze) meses, com início em 19/06/2019 e término em 18/06/2020; II - Alteração do caput da Cláusula Quarta – "Do Preço": O valor anual do contrato é de R\$ 365.980,56, referente à manutenção, garantia, atualização técnica e suporte técnico 24x7. Lindenber Naffah Ferreira, Superintendente de Tecnologia da Informação - STI/SEF – 11/06/2019.

SEF/SRF IPATINGA/AF 2º NÍVEL MANHUAÇU
RESUMO DO TERMO DE ADESÃO AO CONVÊNIO

Aderente: Município de Caputira. Objeto: Adesão do Município ao Convênio de Mútua Cooperação para instalação e funcionamento do SIAT com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da SEF/MG (Resolução/SEF nº 4.343, de 02/08/2011). Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar da data de homologação pelo titular da SRF: 11/06/2019. Weber dos Santos Coutinho, Titular da Superintendência Regional da Fazenda/Ipatinga – 11/06/2019.

5 cm -11 1238388 - I

MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A - MGI

CONCORRÊNCIA MGI Nº01/2019

MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 19.296.342/0001-29. A Comissão de Licitação torna público que declara vencedores da Concorrência os seguintes licitantes: item 1: Eduardo Gambogi Pinheiro proposta de R\$286.000,00 e item 2: Gabrielle Coimbra Cardoso e Guilherme Coimbra Zica proposta de R\$221.501,00. A comissão comunica a abertura de prazo para recurso. O inteiro teor da ata encontra-se disponível para consulta no site www.mgipart.com.br. Belo Horizonte, 11/06/2019.

3 cm -11 1238337 - I

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - RETIFICAÇÃO

Retificação da publicação do dia 11/06/2019 (pág. 40), referente ao 1º Termo Aditivo ao Contrato número 9190950 celebrado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD e a MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A. Onde se lê "Contrato N.º 9130967", leia-se "Contrato N.º 9190950".

2 cm -11 1238452 - I

NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

Nos termos do artigo 57 do Decreto nº 47.383/2018, ficam os autuados abaixo indicados, notificados da lavratura de auto de infração em razão do descumprimento da legislação ambiental estadual, com o prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar desta publicação, para apresentar defesa junto à Subsecretaria de Fiscalização Ambiental da SEMAD ou efetuar o pagamento da multa. Comunicamos que findo o prazo abaixo estipulado sem atendimento, será declarada, por termo, a ausência de manifestação do autuado, com as consequências definidas na legislação vigente, sendo promovido o regular encaminhamento do processo. Para maiores esclarecimentos, o interessado poderá dirigir-se à Diretoria de Autos de Infração, situada na Rodovia Papa João Paulo II, número 4143, Bairro Serra Verde, Edifício Minas, 1º andar – Belo Horizonte/ MG ou contatar através do telefone (31) 3915-1280.

Nome	Identificação	Auto de Infração
Roberta Claudia Alves dos Santos	CPF: 074.134.436-00	41544/2015
Aylon José dos Santos	CPF: 066.601.931-20	17046/2015
Fazenda Sant'anna Ltda.	CNPJ: 44.017.440/0007-12	19053/2015

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD CONVERSÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA EM MULTA SIMPLES

A Diretoria de Autos de Infração - DAINF notifica os autuados abaixo relacionados, por estarem em local ignorado, incerto ou não sabido, da decisão administrativa que promoveu a conversão da penalidade de advertência em multa simples.

Os interessados deverão entrar em contato com a Diretoria de Autos de Infração, no 1º andar do Prédio Minas/Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves (Rodovia Papa João Paulo II, número 4143, Serra Verde – Belo Horizonte) para obtenção do Documento de Arrecadação Estadual (DAE) para quitar o débito devidamente atualizado no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data desta publicação, sob pena de inscrição em dívida ativa, conforme previsão do Decreto nº 47.383/2018. Para os esclarecimentos que se fizerem necessários, os autuados poderão dirigir-se pessoalmente à referida Diretoria, ou contatar através do telefone (31) 3915-1280, ou e-mail: dainf@meioambiente.mg.gov.br.

Autuado	Valor (Sem atualização)	Processo	AI
Roberta Claudia Alves dos Santos CPF: 074.134.436-00	R\$ 302,01	548412/2018	41550/2015
Eloisa Elena Castro Ferreira – ME CNPJ: 00.375.942/0001-54	R\$ 75,13	548861/2018	102386/2015

*Decisão sobre a penalidade de apreensão: Perdimento imediato de todos os bens indicados no auto de infração.

11 cm -11 1238427 - I

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF

REQUERIMENTO

O Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Metropolitana torna público que os requerentes abaixo identificados solicitam Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA, conforme o(s) processo(s) abaixo identificado(s):

*Marconi Eustáquio Nepomuceno- Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo-Lote 16,Quadra 01/ Bosque Residencial do Jambreiro –CNPJ/CPF 01487802617- Nova Lima/MG-PA/Nº 09010000480/19 em 06/06/2019.*Cemig Geração e Transmissão S.A-Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em APP e corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas-Vargem de Santo Antônio ou Francelinos(UTE) Igarapé-CNPJ/CPF 06.981.176/0001-58-Juatuba/MG-PA/Nº 09010000115/19 em 20/03/2019.*Cemig Distribuição S.A-Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas-LD1/LD2 Ouro Preto 2-Taquaril,138KV-CNPJ/CPF 06.981.180/0001-16-Rio Acima/MG-PA/Nº 09010000696/18 em 12/09/18.*José Neto Alves-Corte/poda de árvores isoladas vivas-Alameda Okena,lote 36,quadra 03;Aldeia da Cachoeira das Pedras/Casa Branca-CNPJ/CPF 373.538.456-00-Brumadinho/MG-PA/Nº09010000281/19 em 02/05/19.*Humberto de Almeida Elias-Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas-Fazenda Samburgá-CNPJ/CPF 551.736.596-53-Esmeraldas/MG-PA/Nº09010000152/19 em 28/03/19.*Vale S.A-Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas-Fazenda Córrego do Feijão-CNPJ/CPF 33.592.510/0037-65-Brumadinho/MG-PA/Nº09010000435/19 em 29/05/19.*Tejucana Mineração S.A-Supressão de cobertura vegetal nativa,com destoca,para uso alternativo do solo e intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em APP-Tejucana Mineração S.A-CNPJ/CPF 08.185.361/0001-61-Brumadinho/MG-PA/Nº09010000407/19 em 23/05/19. (a) Ronaldo José Ferreira Magalhães. Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Metropolitana.

7 cm -11 1237995 - I

COMUNICADO

Instituto Estadual de Florestas

Comunicamos aos autuados, relacionados abaixo, a decisão de 1ª instância relacionada ao auto de infração do IEF:

Autuado	AI nº	Valor R\$	Decisão
DEER-MG	88973/19	1.249,14	Def. parcial
Maria da Piedade Coimbra Oliveira	88972/19	5.389,80	Indeferimento

Nos termos do art. 44, do Decreto nº 47.383/2018, o recurso deverá ser interposto no prazo de trinta dias, contados da data da publicação da decisão, por meio de requerimento escrito e fundamentado, com endereçamento à Unidade Regional do IEF de Barbacena/MG. Em caso de não apresentação do recurso ou do não pagamento do débito, o processo será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa. Barbacena, 12 de Junho de 2019. Ricardo Ayres Loschi – Supervisor Regional do IEF.

4 cm -11 1238062 - I

ARQUIVAMENTO DE DAIA

O Supervisor Regional da URFBio Mata do IEF torna público que foram arquivados os requerimentos de Autorização para Intervenção Ambiental dos processos abaixo identificados: *Proprietário/Propriedade – Bicuiba Energia S/A – Supressão de cobertura nativa com destoca PA 05010000097/18 e Bicuiba Energia S/A – Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa e 05010000095/18, Coordenada: Lat. 20°47'42,16" S e Long. 42°18'53,02" W, Data da decisão: 11/06/2019 (a) Alberto Feliz Iasbik Supervisor Regional URFBio Mata.

Concessão de DAIA.

O Supervisor Regional da URFBio Mata do IEF torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA, conforme o(s) processo(s) abaixo identificado(s):*RM da Silva Areia-ME - CNPJ/CPF:24.449.441/0001-33,Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa,Guidoval/MG,em área autorizada de 0,0584ha, Fitofisionomia:Floresta Estacional Semidecidual. Coordenada: Lat.727.485 e Long. 7.658.873, DAIA nº0036832-D. Validade 2(dois) anos, contados da data da concessão da autorização:11/06/2019. *CB Mineração Ltda-ME - CNPJ/CPF:26.021.672/0001-77, Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa, Presidente Bernardes/MG, em área autorizada de 0,0659ha, Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual.Coordenada: Lat.686.000 e Long. 7.704.000, DAIA nº0036831-D. Validade 2(dois)anos, contados da data da concessão da autorização:11/06/2019.*José Ricardo Bretas Leite CNPJ/CPF:197.372.116-34, Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa,Ponte Nova/MG, em área autorizada de 0,0272ha, Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual. Coordenada: Lat.721.655 e Long. 7.741.777, DAIA nº0036830-D. Validade: 2(dois)anos, contados da data da concessão da autorização:11/06/2019. *JB Mineração Comercio Ltda-ME - CNPJ/CPF: 86.565.819/0002-00, Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa, Presidente Bernardes/MG, em área autorizada de 0,2284ha, Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual. Coordenada: Lat.698.811 e Long. 7.708.751, DAIA nº0036829-D.Validade 2(dois)anos, contados da data da concessão da autorização:11/06/2019.(a)Alberto Félix Iasbik . Supervisor Regional URFBio Mata.

DesarquivamentoProcesso DAIA.

O Supervisor Regional da URFBio Mata do IEF torna pública a reconsideração da decisão de Arquivamento do Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental do(s) empreendimento(s) abaixo identificado(s): *Mineração Cordeiro Ltda-ME/Fazenda Pombal - Intervenção em APP sem Supressão de vegetação nativa-Guidoval/MG-PA/Nº050000295/18.; *Cordeiro e CIA Ltda-ME / Fazenda Barra dos Bagres - Intervenção em APP sem Supressão de vegetação nativa Guicema/MG - PA Nº05050000296/18. (a)Alberto Felix Iasbik. Supervisor Regional URFBio Mata.

Requerimentos de DAIA:

O Supervisor Regional da URFBio Mata do IEF torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA, conforme os processos abaixo identificados: *Prefeitura Municipal de Ubá/canalização curso d' água CNPJ:18112807000101-Intervenção em APP, sem Supressão de vegetação nativa/corte de 05 árvores nativas/Ubá/MG- PA Nº05050000267/19; em 04/06/2019. *Bárbara de Fernandes e Casarin/Guidos CNPJ: 13244626718 - Intervenção em APP, sem Supressão de vegetação nativa/Senador Firmino/MG - PA Nº05050000278/19; em 10/06/2019. *Lanternagem do Denilson LTDA/imóvel CNPJ: 09316155000106



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3201906112036130128.